

ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
XIV CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DE
GOIÁS

EDITAL Nº 14/2022 – ANÚNCIO DAS BANCAS EXAMINADORAS DA PROVA ORAL,
QUALIFICAÇÕES DOS SEUS INTEGRANTES E DIVULGAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ESPECÍFICO PARA AS CORRESPONDENTES ARGUIÇÕES ORAIS

A **COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO** e a **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista a Resolução nº 1, de 23 de julho de 2021, do Conselho de Procuradores (CP) da Procuradoria-Geral do Estado, o Edital nº 1, de 12 de agosto de 2021, de Abertura das inscrições ao XIV Concurso Público para Ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Goiás – 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.613 (Suplemento – 12/8/2021), e a Portaria nº 31/2022-PGE, **RESOLVEM:**

1. Tornar pública a relação dos **responsáveis pela organização e execução das provas orais**, a serem realizadas nos dias 15, 16, 17, 18 e 19 de fevereiro de 2022, presencialmente na cidade de Goiânia-GO, tendo por base as disciplinas anunciadas pelo Edital nº 12/2022 (item 4.1), nos seguintes termos:

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente - Rafael Arruda Oliveira. Procurador do Estado de Goiás desde 2006. Atualmente, chefia o Centro de Estudos Jurídicos. Ex-chefe da Procuradoria Administrativa e ex-coordenador do Núcleo Administrativo da Assessoria de Gabinete da Procuradora-Geral do Estado. Ocupou o cargo de Assessor Técnico na Secretaria de Estado da Casa Civil. Doutorando em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Ciências Jurídico-Econômicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal.

Adriane Nogueira Naves Perez. Procuradora do Estado de Goiás desde 2014. Atualmente, chefia a Procuradoria Judicial. Ex-chefe da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Cultura. Atuou no Núcleo de Ações Estratégicas da Procuradoria Judicial e chefiou o Núcleo de Ações Judiciais da Secretaria de Estado da Saúde. Mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás – UFG e Especialista em Filosofia e em Direito Civil e Processual Civil.

Beatriz Duarte Fleury Florentino. Procuradora do Estado de Goiás desde 1998. Atualmente, coordena o Núcleo Administrativo da Assessoria de Gabinete da Procuradora-Geral do Estado. Ex-chefe da Procuradoria Administrativa. É Especialista em Direito Administrativo e Direito Constitucional.

Raimundo Nonato Pereira Diniz. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Atualmente, chefia a Procuradoria Tributária. Ex-chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente. Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG.

Rildo Mourão Ferreira. É o advogado representante da OAB-GO no concurso. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Mestre em Direito das Relações Econômicas Empresariais pela Universidade de Franca.

BANCAS EXAMINADORAS

GRUPO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Titular - Alexandre Felix Gross. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Atualmente, chefia a Procuradoria Setorial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG. É membro do Núcleo de Ações Estratégicas da Procuradoria Judicial, com atuação na área de Direito Financeiro e Dívida Pública. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB.

Titular e Presidente - Bruno Bizerra de Oliveira. Procurador do Estado desde 1998. Atualmente, integra a Assessoria de Gabinete da Procuradora-Geral do Estado. Ocupou os cargos de Suprocurador-Geral do Contencioso, Procurador-Chefe da Assessoria de Gabinete e de Superintendente de Legislação, Atos Oficiais e Assuntos Técnicos da Secretaria de Estado da Casa Civil. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG.

Suplente - Rafael Carvalho da Rocha Lima. Procurador do Estado de Goiás desde 2010. Atualmente, integra a Assessoria de Gabinete da Procuradora-Geral do Estado. Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG.

GRUPO 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

Titular - Ana Paula Lima Florentino Alves Ferreira. Procuradora do Estado de Goiás desde 1998. Atualmente, chefia a Assessoria de Gabinete da Procuradora-Geral, atuando na coordenação do Núcleo de Negócios Públicos. Ex-chefe das

Procuradorias Setoriais da então Secretaria de Estado da Cidadania, Secretaria de Estado de Governo e da Controladoria-Geral do Estado. É especialista em Direito Administrativo.

Titular e Presidente - Juliana Pereira Diniz Prudente. Procuradora do Estado de Goiás desde 2003. Ex-chefe da Procuradoria Administrativa e ex-Subprocuradora-Geral de Assuntos Administrativos. Atualmente, é Procuradora-Geral do Estado de Goiás. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG. Pós-graduada em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Titular - Luciana Benvinda Bettini e Souza de Rezende. Procuradora do Estado de Goiás desde 2001. Atuou na Procuradoria Administrativa e na Assessoria de Gabinete do Procurador-Geral do Estado. Atualmente, é Subprocuradora-Geral de Assuntos Administrativos.

GRUPO 3 – DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

Titular e Presidente – Leandro Eduardo da Silva. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Atualmente, chefia a Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado de Comunicação. Ex-chefe do Núcleo Jurídico do Procon. Ex-chefe da Procuradoria Tributária. É Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

Titular – Rodrigo De Luqui Almeida Silva. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Atualmente, chefia a Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Economia. Ocupou o cargo de chefe das Procuradorias Regionais de Rialma e Aparecida de Goiânia e das Procuradorias Setoriais das Secretarias de Estado da Educação, Cultura e Esporte; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG.

Suplente – Lázaro Reis Pinheiro Silva. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Exerce atualmente as suas funções na Procuradoria do Estado na Capital Federal. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Mestre em Direito Constitucional e Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

2. Divulgar o conteúdo programático específico, aplicável à prova oral, conforme Anexo Único deste Edital.

3. Informar que o Edital com o resultado final das inscrições definitivas deferidas, após análise de recursos, e a convocação para a prova oral e de títulos será publicado até o dia 11 de fevereiro de 2022. Referido Edital trará ainda a especificação dos dias de submissão às bancas examinadoras da prova oral pelos candidatos, que a elas se apresentarão em ordem

alfabética, conforme item 10.5 do Edital de Abertura. Cada candidato realizará a integralidade da prova oral, mediante arguição pelas 3 (três) bancas examinadoras, em 1 (um) único dia (item 10.5 do Edital de Abertura).

Goiânia-GO, 8 de fevereiro de 2022.

RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA

Presidente da Comissão Organizadora do XIV Concurso Público de Provas e Títulos
para Procurador do Estado substituto

JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE

Procuradora-Geral do Estado de Goiás

ANEXO ÚNICO

GRUPO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

Direito Constitucional. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Estado de direito. Estado democrático. República. Constituição: conceito, elementos, classificação. Teoria da norma constitucional. Princípios e regras. Interpretação e integração das normas constitucionais. Eficácia e aplicabilidade da norma constitucional. Processo legislativo. Espécies normativas primárias. Atos políticos. Atos *interna corporis*. Tratados internacionais: *status* e processo de incorporação à ordem interna. Controle de constitucionalidade. Sistemas: evolução no direito comparado e no direito brasileiro. Controle difuso e concreto de constitucionalidade. Súmula vinculante. Controle concentrado e abstrato de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental e representação para intervenção federal. Inconstitucionalidade por omissão. Representação de inconstitucionalidade. Modalidades e efeitos das decisões proferidas no controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade face à Constituição do Estado de Goiás. Tutela constitucional do processo. Direitos fundamentais: conceito, evolução, características, funções, modalidades, titularidade e destinatários. Acesso à justiça, constitucionalização do processo e garantias fundamentais. Código de Processo Civil (Lei federal nº 13.105/2015).

Teoria do poder constituinte. Supremacia e rigidez constitucional. Reforma e revisão constitucional. Emendas constitucionais federais e estaduais. Mutações constitucionais. Poder constituinte do Estado-membro. Constituição estadual. Repartição de competências. Princípio da separação de poderes. Ações constitucionais. Súmula vinculante. Direitos sociais. Políticas públicas. Jurisdição: definição, princípios, características, garantias, divisão, espécie, distinção das outras funções do Estado, estrutura judiciária nacional. Organização judiciária. Ação e processo judicial. Sentença: definição, função, classificação, requisitos, capítulos, publicação, efeitos, intimação, correção e integração, erro material. Coisa julgada: definição, natureza jurídica, coisa julgada material e formal, limites objetivos e subjetivos. Finanças públicas.

Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Forma Federativa de Estado. Federação brasileira. União. Estados Membros. Distrito Federal e Territórios. Municípios. Constituição do Estado de Goiás. Intervenção federal e estadual. Autonomia dos Estados e dos Municípios. Poder político: divisão orgânico-funcional do seu exercício. Funções típicas e atípicas dos órgãos estatais. Administração Pública: princípios constitucionais. Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário: organização, competências, funcionamento. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia de Estado. Repartição de competências e receitas tributárias. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Tribunais de Contas.

Sujeitos processuais. Juiz. Partes e procuradores: definição, princípios, deveres e responsabilidades, legitimação no processo civil e no processo coletivo, legitimação ordinária e extraordinária, capacidade processual, representação, sucessão e substituição processual, despesas, honorários advocatícios e multas. A Fazenda Pública em juízo. Meios adequados de solução de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Negócios jurídicos processuais. A Fazenda Pública e a autocomposição. Processo coletivo. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos fundamentais em espécie. Instrumentos de garantia e remédios. Audiência de conciliação ou de mediação. A Procuradoria-Geral do Estado e os Procuradores do Estado. Atribuições, carreira e prerrogativas. O papel da PGE como órgão central do sistema jurídico estadual. A representação judicial e a consultoria jurídica do Estado (Administração direta e indireta). Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA). Lei Complementar estadual nº 144/2018. Precatórios: Lei estadual nº 17.034/2010, Lei estadual nº 20.732/2020, Decreto estadual nº 8.467/2015, Decreto estadual nº 9.561/2019 e Decreto estadual nº 9.680/2020.

Tutela provisória: classificação, pressupostos, tutela antecipada, tutela cautelar, fungibilidade, tutela de urgência incidental e antecedente, estabilização da tutela antecipada, tutela de evidência, tutela provisória nos tribunais. Meios de impugnação dos julgados. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Efeitos dos recursos. Tutela provisória recursal. Precedentes e casos repetitivos: força vinculante da jurisprudência, incidente de resolução de demandas repetitivas, incidente de assunção de competência, julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, reclamação, súmulas. Reexame necessário. Suspensão de segurança, de liminar e de sentenças contrárias ao poder público. Ação rescisória: pressupostos, legitimidade, objeto e hipóteses de cabimento, competência, prazos, procedimento, julgamento e recursos. *Querela nullitatis*. Cumprimento de sentença. Execução: teoria geral, princípios, disposições gerais, espécies, competência, legitimidade, título executivo, responsabilidade patrimonial, fraudes patrimoniais, remição, suspensão e extinção do processo de execução. Execução de título extrajudicial. Penhora, avaliação, expropriação. Execução e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Precatório, requisição de pequeno valor. Sistemas dos juzizados especiais cíveis e da Fazenda Pública (Leis federais nº 9.099/1995, nº 10.259/2001 e nº 12.153/2009). Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado (Lei Complementar estadual nº 58/2006).

Ação: teorias sobre o direito de ação, natureza jurídica, definição, elementos da demanda, classificação, exercício do direito de ação, condições, cumulação de pretensões, concurso de ações, objeto litigioso. Processo: noções gerais, teorias sobre o processo, natureza jurídica, definição, classificação, princípios, pressupostos, relação jurídica processual. Processo e procedimento, espécies de processos e de procedimentos, objeto do processo, mérito, questão principal, questões prévias, preliminares e prejudiciais. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, *amicus curiae*, intervenção das pessoas jurídicas de direito público. Proteção de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Improbidade administrativa.

Poder Judiciário. Estrutura e funcionamento. Competência: definição, classificação, critérios para determinação, internacional, interna, objetiva, originária e recursal dos Tribunais (locais e superiores), territorial, funcional, absoluta, relativa. Foro competente, foros especiais, foro de eleição, foro e juízo. Competência no Estado de Goiás. Prevenção, conexão e continência. Causas modificativas da competência, prorrogação da competência, perpetuação da jurisdição, conflitos de competência e de atribuições, meios de declaração de incompetência. Organização judiciária do Estado de Goiás. Competências do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Varas da Fazenda Pública. Organização judiciária: órgãos do Poder Judiciário Estadual e Federal, funções, normas disciplinadoras. Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei estadual nº 9.129/1981). Respostas do réu: contestação, exceções (incompetência, impedimento e suspeição), reconvenção. Processo de Conhecimento. Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, extinção do processo sem resolução de mérito, julgamento com resolução do mérito, saneamento e organização do processo. Provas. A revelia e a Fazenda Pública.

Poder Executivo. Presidencialismo. Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Ministros e secretários de Estado. Responsabilidade política do Chefe do Executivo: crime de responsabilidade e *impeachment*. Atribuições do Chefe do Executivo: chefia de Estado e de Governo. Atos normativos secundários. Regulamentos de execução e autônomos. Administração pública. Princípios e organização. Servidores públicos civis e militares. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do Estado. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da ordem econômica. Intervenção estatal no domínio econômico. Seguridade social.

GRUPO 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO:

Administração Pública: conceito, abrangência. Princípios da Administração Pública. Organização do Estado e da

Administração. Órgãos e agentes públicos. Governo e administração. Independência entre poderes e função administrativa. Estrutura da Administração. Centralização, descentralização e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações. Agências. Setor público não estatal. Paraestatais e entes de colaboração. Formas de parceria com a iniciativa privada (segundo setor e terceiro setor). Parcerias sociais. Regime jurídico empresarial do Estado. Atuação do Estado no domínio econômico. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Estatuto das empresas estatais. Lei federal nº 13.303/2016. Regime financeiro das estatais. Regras de governança e tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte. Decreto estadual nº 9.402/2019.

Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Poder discricionário. Poderes decorrentes da hierarquia. Poder disciplinar. Poder normativo. Poder de polícia. Modalidades. Deveres dos administradores públicos. Poder de polícia: evolução, conceito, competência, fundamentos, atributos, finalidade, âmbito de incidência, características, limites e meios de atuação. Poder de polícia e direitos fundamentais. Bens públicos. Domínio público. Classificação dos bens, afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição, uso (gestão), administração e alienação. Espécies de bens públicos. Concessão de uso.

Ato administrativo: conceito, elementos, requisitos de validade, atributos (características), formação e efeitos, classificação. Silêncio administrativo. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos em espécie. Desconstituição dos atos administrativos: extinção, invalidação e revogação. Vícios. Teoria dos motivos determinantes. Convalidação. Prescrição e decadência. Súmula nº 473 do STF. LINDB e os seus reflexos no Direito Administrativo. Lei federal nº 13.655/2018. Segurança jurídica na aplicação do Direito Público. Limites ao ativismo jurídico e autocontenção judicial.

Responsabilidade civil do Estado: origem, evolução, teorias, disciplina constitucional. Aplicação da responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por atos legislativos. Responsabilidade por atos judiciais. Reparação do dano. Direito de regresso. Controle da Administração Pública: conceito, objetivo, natureza jurídica, classificação. Controle político e administrativo. Controle administrativo: conceito, objetivo, meios de controle, recursos administrativos, coisa julgada, prescrição, processo administrativo. Fiscalização hierárquica. Sistema integrado de controle interno. Fiscalização financeira e orçamentária. Controle legislativo. Tribunal de Contas do Estado. Tribunal de Contas dos Municípios. Controle judicial.

Serviços públicos: conceito, características, classificação, titularidade (competência), princípios, remuneração, usuários, formas de execução. Prestação centralizada e descentralizada de serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Lei federal nº 8.987/1995. Lei federal nº 13.726/2018. Racionalização dos serviços públicos. Responsabilidade civil do Estado: origem, evolução, teorias, disciplina constitucional. Aplicação da responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Reparação do dano. Direito de regresso.

Agentes públicos: conceito, classificação e agentes de fato. Servidores públicos: conceito, características e classificação. Regimes jurídicos funcionais. Lei nº 20.756/2020. Organização funcional: quadro de pessoal, cargos, empregos e funções públicas. Classificação dos cargos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura. Reingresso. Vacância. Direitos, deveres e vantagens. Lei estadual nº 19.573/2016. Regime constitucional dos servidores públicos: concurso público, acessibilidade, acumulação de cargos e funções, estabilidade, disponibilidade, mandato eletivo, sistema constitucional de remuneração e teto, associação sindical e direito de greve. Função temporária. Regime jurídico da contratação temporária (Lei estadual nº 20.918/2020). Processo administrativo: conceito, finalidades, modalidades, princípios, garantias processuais e procedimentos (Lei estadual nº 13.800/2001). Direito disciplinar. Sindicância. Processo administrativo disciplinar. Fases e descrição do procedimento legal no Estado de Goiás. Prescrição no processo disciplinar. Controle jurisdicional do ilícito administrativo. Responsabilidade dos servidores públicos. Responsabilidade civil, penal e administrativa.

Efeitos da decisão penal nas esferas civil e administrativa. Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração. Decreto estadual nº 9.837/2021.

Intervenção do Estado na propriedade privada: fundamentos, modalidades, limitações administrativas, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa. Desapropriação: conceito, natureza jurídica, pressupostos, fontes normativas e espécies, objeto, forma de aquisição, competência, destinação dos bens desapropriados, fase declaratória, fase executória. Ação de desapropriação. Indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação rural e confiscatória. A ordem urbanística constitucional. Conceito. Instrumentos de Intervenção Urbanística. Planejamento Urbanístico. Regime Jurídico. Plano Urbanístico Metropolitano. Ordenação Jurídica do Uso do Solo. Lei federal nº 6.766/1979. Instrumentos de Intervenção Urbanística. Usucapião Especial Urbano. Concessão Especial para fins de moradia. Regularização fundiária. Lei federal nº 13.465/2017. Regularização fundiária de imóveis urbanos do Estado de Goiás. Lei estadual nº 20.954/2020. Regularização fundiária de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás ocupados por organizações religiosas de qualquer culto. Lei estadual nº 20.229/2018.

Licitação: conceito, natureza jurídica, fundamentos e objeto. Princípios. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades de licitação. Procedimento. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contrato administrativo: conceito, características, espécies, formalização, modificação, prorrogação, renovação, inexecução e extinção. Sanções. Requisitos de validade. Execução. Cláusulas exorbitantes. Áreas contratuais. Equação econômico-financeira. Lei federal nº 8.666/1993. Lei federal nº 14.133/2021. Lei estadual nº 17.928/2012. Arbitragem nos contratos administrativos e métodos alternativos de solução de conflitos. Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual. Lei Complementar estadual nº 144/2018. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN Estadual). Lei estadual nº 19.754/2017. Setor público não estatal. Paraestatais e entes de colaboração. Formas de parceria com a iniciativa privada (segundo setor e terceiro setor). Parcerias sociais. Lei federal nº 13.019/2014. Contrato de gestão. Lei estadual nº 15.503/2005. Organizações Sociais (OSs). Lei estadual nº 15.731/2006. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Serviços sociais autônomos. Convênios. Consórcios Públicos. Parcerias público-privadas. Lei federal nº 11.079/2004. Lei estadual nº 14.910/2004. Concessões patrocinadas e administrativas.

GRUPO 3 – DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO:

Relações do Direito Financeiro com os outros ramos do Direito e com a Política Fiscal. Autonomia. Direito tributário. Conceito. Autonomia. Sistema Tributário Nacional. Conceito. Competência tributária. Limitações ao poder de tributar. Repartição das receitas tributárias. Tributos em espécie. Tributos. Conceito. Classificações. Pedágio. Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de Direito Financeiro (Lei federal nº 4.320/1964).

Fontes do Direito Tributário. Legislação tributária. Conceito. Vigência, aplicação, interpretação e integração. Princípios gerais de Direito Tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. Federalismo fiscal e pacto federativo. Gastos tributários diretos e indiretos. Guerra fiscal (Lei Complementar nº 160/2017). Retenção de recursos. Hipóteses.

Lei federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional). Lei estadual nº 11.651/1991 (Código Tributário do Estado de Goiás). Decreto estadual nº 4.852/1997 (Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás). Obrigação tributária. Natureza, espécies, efeitos. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo. Capacidade tributária. Substituição tributária. Domicílio tributário. Endividamento público. Dívida pública. Operações de crédito.

Aspectos jurídicos do endividamento subnacional. Novo Regime Fiscal (NRF). Emendas Constitucionais estaduais nº 54/2017, nº 55/2017 e nº 66/2020.

Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Responsabilidade tributária. Modalidades. Responsabilidade tributária dos administradores de pessoa jurídica. Teorias da desconsideração da personalidade jurídica. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Receita pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. Vinculação. As receitas não tributárias. Desvinculação de Receitas da União – DRU e Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios – DREM. Emenda Constitucional nº 93/2016.

Crédito tributário e lançamento. Exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário. Decadência e prescrição. Pagamento indevido. Atualização do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Regime jurídico. Procedimento para a realização das despesas públicas. Restos a pagar. Subvenções econômicas e subvenções sociais. Fundos Especiais de Despesa. Fundos financeiros. Fundos rotativos. Lei Complementar estadual nº 64/2008.

Da Administração tributária. Fiscalização. Competência. Dívida ativa. Certidões. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário. Consequências do inadimplemento. Denúncia espontânea. Responsabilidade fiscal. Lei Complementar federal nº 101/2000 (LRF). Objetivos e características da LRF. Renúncia de receitas e os incentivos fiscais. Limites de despesas com pessoal. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado. Atividades financeiras vedadas pela LRF.

Processo tributário: administrativo e judicial. Lei estadual nº 16.469/2009 (Lei do Processo Administrativo Tributário estadual) e Lei federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal). Lei federal nº 8.397/1992 (Institui Medida Cautelar Fiscal). Mecanismos de atribuição de responsabilidade no processo judicial tributário. Orçamento. Conceito. Origem. Regime jurídico do orçamento público. Direito constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Lei orçamentária Anual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Plano Plurianual. Tramitação legislativa. Execução orçamentária. Emendas Individuais impositivas e programações de caráter obrigatório (Emendas Constitucionais nº 86/2015, nº 100/2019 e nº 105/2019). Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e espécies. Limites do crédito público.

Fiscalização financeira e orçamentária. Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Lei Complementar federal nº 159/2017. Lei Complementar federal nº 173/2020. Emenda Constitucional nº 109/2021.